

Universidades S.A: a formação enxuta e flexível de nos cursos superiores de tecnologia

University CORP.: lean and flexible training in higher technology courses

Universidades S.A: formación lean y flexible en cursos de tecnología superior

Igor Andrade da Costa¹
Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa²

 <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe16515>

Resumo: O objeto da pesquisa é a oferta do Curso Superior de Tecnologia (CST). O objetivo é explicitar as implicações do fato dos CST serem mercadoria barata. Os resultados apontam que os CST são uma formação enxuta e flexível. para quem procura um meio de inserção rápida no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Curso Superior de Tecnologia. Ensino Superior. Financeirização da Educação.

Abstract: The object of the research is the offer of the Higher Technology Course (HTC). The objective is to explain the implications of the fact that HTC are cheap commodities. The results indicate that the HTC are a lean and flexible formation. for those looking for a way to quickly enter the job market.

Keywords: Higher Technology Course. Higher School. Financialization of Higher School.

Resumen: El objeto de la investigación es la oferta del Curso Superior de Tecnología (CST). El objetivo es explicar las implicaciones del hecho de que las CST sean mercancías baratas. Los resultados indican que los CST son una formación ágil y flexible. para quienes buscan una manera de ingresar rápidamente al mercado laboral.

Palabras clave: Curso Superior de Tecnología. Enseñanza superior. Financiarización de la Educación.

¹ Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1140715718817539>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3180-4936>. Contato: igorgeografo@gmail.com

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7183-9589>. Contato: rodrigo1281@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia (CST) é um grau acadêmico de ensino superior com duração reduzida, de 1600 a 2400 horas. Ainda que este grau acadêmico esteja presente em instituições públicas, é nas instituições privadas onde ocorre sua maior incidência e expansão. De acordo com dados do INEP (2020) 96% da oferta de vagas e 83% dos estudantes dos CST estão concentrados em instituições de ensino superior (IES) privadas, sendo que desde 2014, a maior parte desta oferta é na modalidade de Ensino à Distância (EaD). A promoção dos CST se dá em torno de um curso de Ensino Superior rápido e capaz de formar para as demandas imediatistas do mercado de trabalho.

As origens dos CST no Brasil remontam às décadas de 1960 e 1970. Sendo que a partir da década de 1990 recebeu nova regulamentação. Autorizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), em seu Art. 39, parágrafo III, os CST são regulamentados, na atualidade, pelo Decreto nº 5.154 /2004 (BRASIL, 2004) e pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) (BRASIL 2016). Entendemos que nova regulamentação dos CST fortaleceu a expansão privada da formação profissional de nível superior. A concepção privatista do Ensino Superior já estava presente na Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994) que privilegiou a expansão da educação técnica e tecnológica por meio de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Como pode ser observado no § 5º do Art. 3º (BRASIL, 1994).

A expansão da oferta de educação profissional mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

A promoção dos CST no discurso governamental é marcada por forte caráter ideológico, pois a educação profissional e tecnológica é tratada como solução para os problemas do desemprego e do rebaixamento dos salários. Neste contexto, a atual condição de precariedade existencial da classe trabalhadora estaria ligada a empregabilidade, qual seja, a falta de qualificação da força de trabalho para as condições atuais da produção social, marcada pela transformação constante dos padrões técnicos. Neste sentido, propaga-se a promoção de formação como capaz de superar a histórica



desigualdade no acesso ao conhecimento socialmente produzido. Como exposto na letra do Parecer CNE/ CES nº 436/2001 (BRASIL, 2001, p. 7):

Os cursos superiores de tecnologia parecem ressurgir como uma das principais respostas do setor educacional brasileiro às necessidades e demandas da sociedade brasileira. Os Centros de educação Tecnológica parecem ser uma sólida e instigante estrutura institucional para abrigar e desenvolver a educação tecnológica [...], especialmente para os cursos que conduzem ao diploma de Tecnólogo.

O Parecer CNE/ CES nº 436/2001 atribuiu ao CST a capacidade de qualificar para as novas formas de organização e gestão do mundo do trabalho, formando profissionais polivalentes e capazes de dar respostas imediatas as situações cotidianas da produção (BRASIL, 2001, p.7). Para o discurso do governo, a educação profissional ofertada nos CST é capaz de promover a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões (BRASIL, 2001, p. 2).

A partir dos resultados de nossa pesquisa, expostos neste artigo, questionamos a efetividade da disseminação dos CST como política pública para a formação de quadros qualificados para as demandas atuais da produção. Tal constatação tem referência na análise dos dados referente aos CST da Universidade Estácio de Sá (UNESA), IES pertencente à holding YDUQS Participações S.A.

Constatamos que a oferta deste grau acadêmico integra uma estratégia de captação de matrículas para a valorização dos ativos da YDUQS no mercado financeiro. A materialidade dos CST é de um curso superior voltados aos estudantes com renda familiar de 1 a 3 salários-mínimos. Enquanto outros cursos de graduação são voltados para os estudantes alta renda familiar. Este segmento é denominado pela YDUQS como Premium, nos quais se inserem: o Instituto de Educação Médica (IDOMED), que inclui as unidades da faculdade de medicina da UNESA e os cursos do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (IBMEC) (YDUQS, 2021, p. 6). De acordo os Resultados do 3º Trimestre de 2021 da YDUQS o segmento premium conta com 11,2 mil estudantes e a renda líquida neste segmento é de 216 milhões, enquanto o segmento digital conta com 971 mil alunos e receita líquida de 354 milhões. Este segmento tem receita acumulada de mais de R\$ 1 bilhão em 9 meses de 2021. Neste trimestre, o “Ensino Premium” foi responsável por 48% do EBTIDA da YDUQS, enquanto o “Ensino digital” tem 47% e o “Ensino Presencial” 24% (YDUQS, 2021, p. 6).



2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA EMERGÊNCIA DOS CST

A origem, reordenamento e expansão dos CST no Brasil coincide com a emergência do modelo de desenvolvimento flexível (HARVEY, 2014). Este modelo emerge como resposta à crise orgânica do capital (GRAMSCI, 2014, p. 187) ao final dos anos 1960, com o colapso do regime de acumulação taylorista-fordista e do modo de regulação marcado pela Estado de Bem-Estar Social.

Para contornar a crise de acumulação que comprometeu sua hegemonia, a classe burguesa tem tomado ações para recompor a taxa de acumulação, por meio de novos mecanismos de intensificação da extração do trabalho excedente. Entre os mecanismos que caracterizam a recomposição burguesa (SOUZA, 2020) destacamos: a fragmentação do processo produtivo, sua rearticulação entre bolsões de mão-de-obra barata e polos de mão-de-obra altamente qualificada; a incorporação da microeletrônica, da nanotecnologia, da robótica e mais recentemente da inteligência artificial no maquinário e a adoção de novos mecanismos de gestão do trabalho. Além de instituir novos meios de disseminação da ideologia burguesa no processo educativo, tais como: a empregabilidade, o empreendedorismo, a sustentabilidade e a auto responsabilização. Como meio de criar o maior consenso possível em torno de um modo de existência cada vez mais marcado pela precariedade da vida e expropriação dos direitos políticos dos trabalhadores. Este arcabouço ideológico renovado entorno do qual se rearticulou a produção conta ainda com a criminalização dos movimentos sociais e da organização sindical (SOUZA, 2017).

No capitalismo, o processo educativo é produzido em uma relação hegemônica, no seio de uma sociedade de classes. Neste contexto, a escolarização tem como propósito a formação para o trabalho alienado e a mediação do conflito de classes. Deste modo, o processo educativo, como aponta Jesus (1989, p. 20), exerce importante papel na produção do consentimento ativo de parte majoritária dos sujeitos sociais. Nesta perspectiva, a ampliação do acesso ao Ensino Superior é utilizada, não apenas como meio de atender às demandas renovadas de formação de força de trabalho, mas principalmente como instrumento de produção de consentimento para o modo de vida burguês face a intensificação da precariedade existencial no modelo de desenvolvimento flexível. Resultante do acirramento desemprego crônico e da intensificação da precariedade do trabalho.

A análise da ação do empresariado é fundamental para a compreensão da natureza da criação e expansão dos CST, uma vez que o empresariado é um dos agentes políticos na elaboração das políticas públicas para Educação Superior. Neste contexto,



destacamos a promoção deste grau acadêmico como mercadoria para a acumulação de grandes grupos empresariais atuantes na Educação Superior, e como de disseminação de uma formação rápida e pragmática. Onde se forma uma reserva de trabalhadores precários, diplomados e conformados para a precariedade existencial. Na medida em que o custo de aprendizagem é fundamental na determinação do valor da força de trabalho. Portanto, a redução dos custos da aprendizagem implica na desvalorização relativa da força de trabalho e, portanto, no aumento da extração do trabalho excedente (MARX, 2014, p. 405). É neste sentido que o empresário, como o capital personificado (MARX, 2014, p. 356), cuida para que as políticas públicas atendam às demandas de valorização do capital.

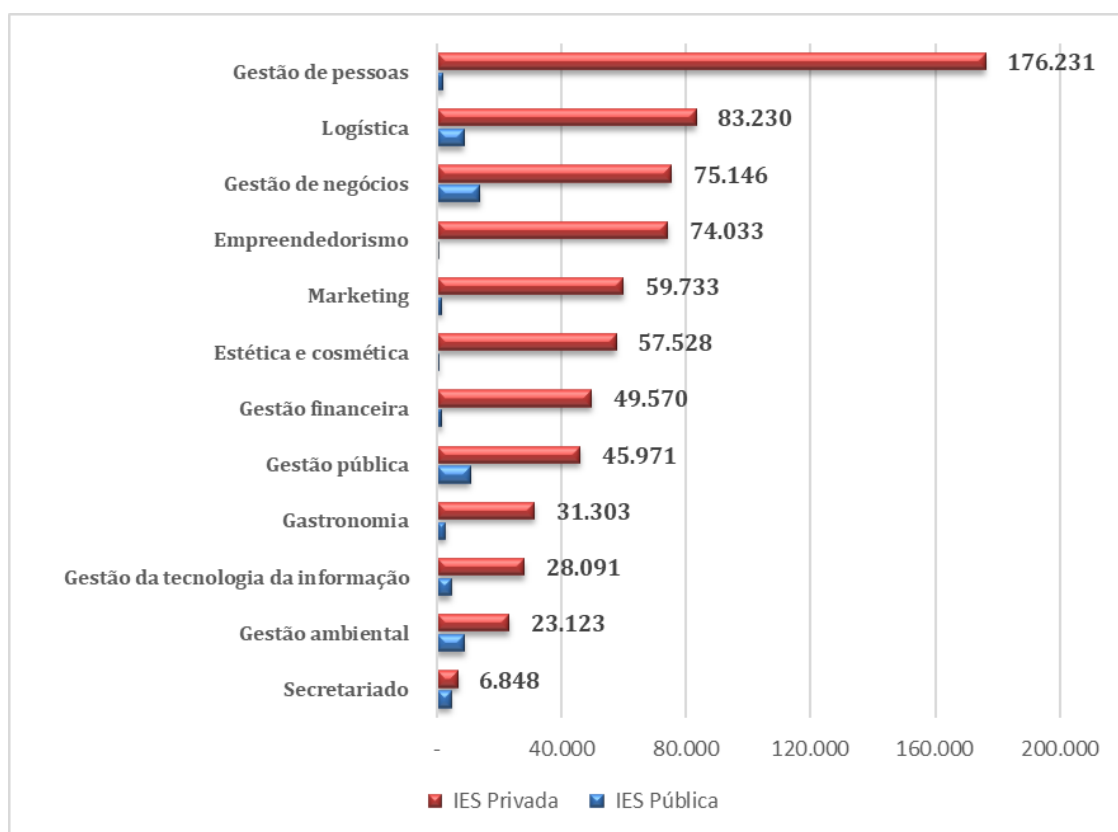
Para as grandes empresas privadas da Educação Superior, o custo e o tempo de duração são apresentados como fatores atrativos na promoção dos CST. Souza (2020, p. 330) destaca que as IES privadas:

Atentas a este filão de mercado, utilizaram-se de estratégias de propaganda e marketing que não distinguem claramente os CSTs dos demais cursos superiores, fomentando a ideia de que se tornara possível concluir um curso superior em menos tempo e com menor investimento financeiro com projeto curricular mais pragmático, com foco no mercado.

O efeito da política pública de fomento à expansão privada da Educação Superior Tecnológica foi a concentração de 83,62% dos estudantes em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (INEP, 2019). Os dados revelam que 60% do público-alvo dos CST é de jovens/ adultos entre 25 e 30, oriundos de famílias que não possuem Ensino Superior. Dos que cursam a modalidade presencial, mais de 80% estão no período noturno (VEIGA, 2020). Ainda, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019, s.n.), dos 134 títulos de CST autorizados pelo MEC, apenas 12 deles concentram 68% da oferta de matrículas. Cursos que, em sua maioria, estão situados no Eixo Gestão e Negócios (GRÁFICO 1).



Gráfico 1: N° de estudantes matriculados por CST nas IES brasileiras, por dependência administrativa - 2019



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019).

O padrão de concentração dos estudantes nos CST do Eixo Gestão e Negócios nos leva a questionar em que medida uma formação focada na área de administração e recursos humanos é efetiva para a qualificação da força produtiva capaz de atrair empresas de alta tecnologia. Elevando a competitividade da economia brasileira tal como, defendido pelo discurso dominante ou este grau acadêmico é um filão de mercado para capturar clientes sequiosos por uma certificação rápida de ensino superior como meio de inserção profissional? Na próxima seção deste artigo expomos a análise do modo de disseminação da educação superior privada no contexto da emergência do capital financeiro

3. UNIVERSIDADE S.A: O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA UNESA E O IMPACTO NA OFERTA DO ENSINO SUPERIOR

Para compreendermos a materialidade do tratamento dado aos CST pelas IES privadas é fundamental levar em conta a abertura do capital dos grandes grupos



empresariais do ensino superior brasileiro e os impactos deste processo na organização da oferta de vagas no ensino superior privado. Neste sentido, tomando a UNESA como objeto, é possível explicitar o uso do CST como instrumento para captação de matrículas com a finalidade de manter a valorização acionária da YDUQS.

Para a holding YDUQS, a manutenção de elevadas taxas de matrículas é meio de garantia da saúde financeira do grupo empresarial para seus investidores. Deste modo consideramos a oferta do CST como meio de valorização do capital, no contexto da massificação mercantilizadora do ensino superior, onde o direito público à educação é disseminado como produto comercial ou mercadoria (SGUISSARDI, 2015, p. 869 – 870). Este modelo de promoção do ensino superior é o que caracteriza o modo de atuação da UNESA desde sua origem.

A UNESA surgiu na década de 1970 como pequena empresa e ao longo das décadas se expandiu privilegiando a oferta de cursos de graduação com alta demanda e custos baixos. Desde sua origem, ainda como Sociedade de Ensino Estácio de Sá, a expansão dos cursos sempre se deu por meio de uma relação entre demanda e custo da oferta, como destaca Valle (2011, p. 104).

A abertura de novos cursos não estava ligada a um projeto científico de ampliação dos campos de conhecimento e nem sequer a uma exigência de mercado clara, bem como se revela, desta forma, a ausência de qualquer planejamento socialmente orientado em termos da expansão da educação superior, expressando um crescimento empresarialmente orientado.

A transição da UNESA de empresa familiar para holding seguiu trajetória similar a outras IES privadas do Brasil. A abertura de capital da UNESA se deu no ano de 2007, por meio da Estácio Participações S.A. Este ano marcou a transformação das mantenedoras das maiores IES privadas em empresas de capital aberto com ações negociadas na BOVESPA (atual B3). Carvalho (2013, p. 771) destaca que:

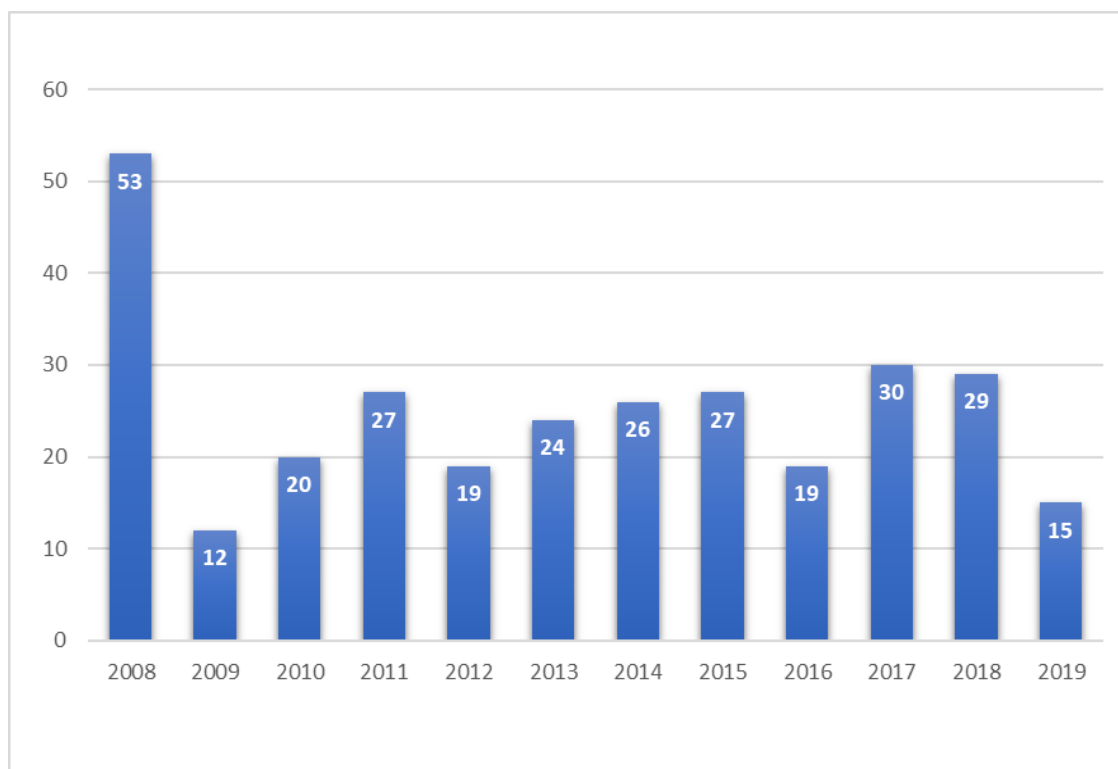
O movimento mais recente no mercado educacional brasileiro consiste na abertura de capital e na oferta pública de ações (IPOs) de empresas educacionais na BM&FBOVESPA, em 2007, que foram classificadas no “nível 2” de governança corporativa, ou seja, enquadradas naquelas que têm obrigações adicionais relativas aos direitos dos acionistas e do conselho de administração. São elas: Universidade Anhanguera, Universidade Estácio de Sá, Faculdade Pitágoras e o Sistema COC de Educação e Comunicação (educação básica e educação superior). Convertidas em sociedades anônimas, essas instituições tiveram suas razões sociais alteradas para: Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A, Kroton Educacional S.A. e Sistema Educacional Brasileiro S.A. (SEB), respectivamente. Não é por acaso que a composição societária dessas empresas foi alterada pela saída progressiva dos sócios



individuais, substituídos por fundos de investimento em renda variável e por outras empresas.

A literatura sobre o processo de financeirização da educação privada brasileira não é consensual de por que o ano de 2007 marcou a transformação das mantenedoras das IES privadas em sociedades anônimas. Neste sentido, Oliveira (2017, p. 27) aponta um fato relevante que pode ter induzido as maiores mantenedoras das IES brasileiras a abrirem seu capital em 2007. Para o autor, um fato histórico que pode ter conduzido às IES privadas a abrirem seu capital foi o Projeto de Lei nº 2.138/2003, apresentado pelo deputado Ivan Valente do PSOL que propunha impedir a propriedade de empresas educacionais por estrangeiros. O autor destaca que no ano de 2006, ventilava-se a proposta de uma reforma universitária que limitaria a posse de 30% do capital total por instituições estrangeiras. Portanto, adiantando-se à aprovação da lei, as mantenedoras das maiores IES privadas abrem seu capital ao mercado financeiro, dando continuidade ao processo de concentração e centralização das empresas do ensino superior brasileiro. Tal processo pode ser visto no gráfico 2.

Gráfico 2: Operações de fusões e aquisições no setor educação (2008-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da KPMG (2019)

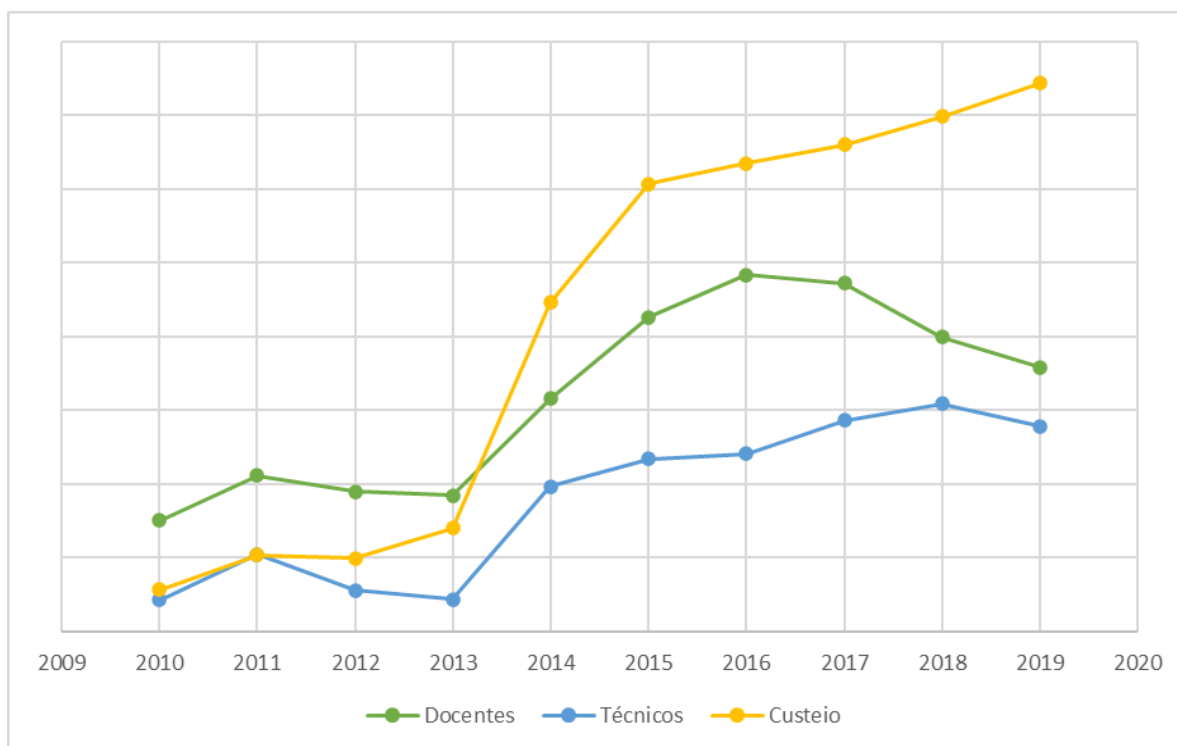
O processo de abertura de capital das IES de ensino superior tem entre suas principais causas a transnacionalização da propriedade das empresas do ensino superior.

Tal processo tem graves consequências para os trabalhadores da educação superior, na medida em que impõe padrões de gestão cujo único objetivo, nas palavras de Oliveira, (2017, p. 27):

É reduzir custos agindo nos estritos limites de satisfação das tíbias normas de controle do setor privado existentes no país. “Isso faz com que se amplie a utilização de "tecnologias" como meio de poupança de horas-trabalho dos professores, quer seja com a utilização de educação a distância quanto de trabalhos "livres" ou conduzidos por monitores em salas de informática, ampliando a rotatividade de professores, mantendo sua titulação nos limites mínimos estabelecidos pela legislação, enfim priorizando o lucro em detrimento da “qualidade”.

Os efeitos da introdução das tecnologias de informação e comunicação processo de precarização do trabalho pode ser observado no gráfico 3.

Gráfico 3: Despesas com Docentes, técnicos e custeio da UNESA (2010-2019)



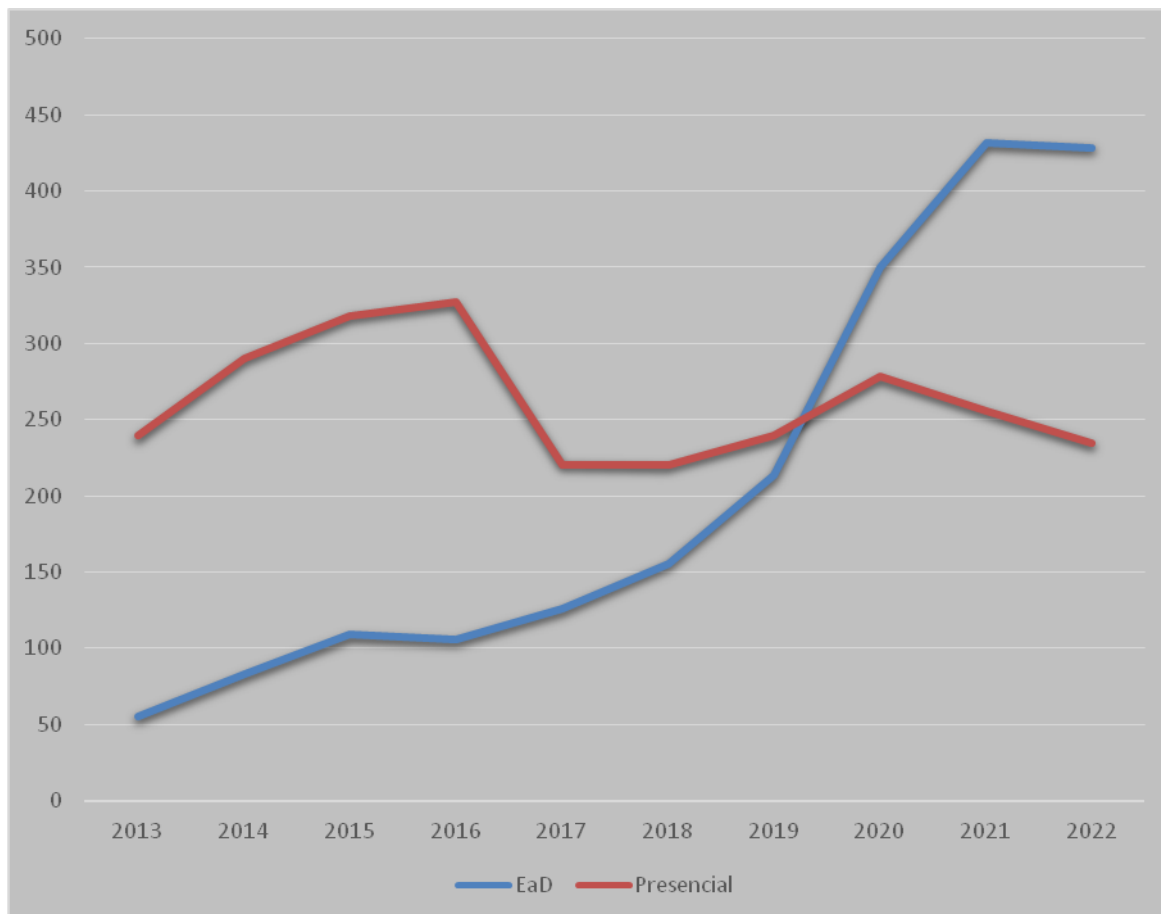
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019).

O gráfico 3 explicita a tendência de queda com despesas de docentes a partir de 2016. Esta tendência é resultado da mudança de estratégia comercial da Estácio Participações S.A, a partir de 2016, mediante a frustração da aquisição deste grupo pela Kroton Educacional S.A.

A partir de 2016, a Estácio Participações redefiniu o modo de oferta de ensino superior, privilegiando a modalidade EaD. O gráfico 4 sintetiza a virada estratégica de

oferta nos cursos de graduação. A partir de 2016, a modalidade presencial iniciou uma queda vertiginosa na base de alunos, confrontada pelo crescimento quase exponencial da modalidade EaD. A queda na base de alunos da modalidade presencial só foi aliviada pelas aquisições de novas mantenedoras, em razão da incorporação de alunos que ainda se encontravam na modalidade presencial.

Gráfico 4: Estudantes matriculados na modalidade presencial e EaD na YDUQS (2013-2022)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Release de Resultados (YDUQS, 2023)

Deste modo, a abertura de capital das empresas de ensino superior teve impactos na materialidade na medida em que a virada no padrão das matrículas só foi possível mediante a realidade precária da reprodução social brasileira, onde o estudante alia a estafante jornada de trabalho rotina de estudos que tem de ser realizada no contraturno. Deste modo o EaD se torna conveniente aos trabalhadores e aos empresários que veem nesta modalidade meios de suprimir custos na contratação de trabalhadores e na manutenção do espaço físico.

4. EDUCAÇÃO FINANCEIRIZADA SOCIEDADE ENDIVIDADA

O processo de abertura de capital das grandes IES privadas tem por consequência a massificação mercantilizadora do ensino superior (SGUISSARDI, 2015, p. 869 – 870). A disseminação da ideologia da educação como mercadoria no lugar de direito público tem efeitos profundos na sociedade, na medida em que a formação da força de trabalho deixa de ser vista como tarefa do Estado e passa a ser financiada com o valor destinado a reprodução da classe trabalhadora, fato naturalizado sob ideologias voltadas a auto responsabilização como: a empregabilidade e o empreendedorismo.

A consequência deste processo é o endividamento crônico da classe trabalhadora, nas palavras de Dardot e Laval (2016, p. 33-34):

O endividamento crônico é produtor de subjetividade e acaba se tornando um verdadeiro “modo de vida” para centenas de milhares de indivíduos. [...] O que está em jogo nesses exemplos é a construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetividade contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais.

Ao analisarmos como os estudantes dos CST mais procurados da UNESA custeiam a mensalidade (Tabela 1) observamos que, em especial nos cursos EaD, a metade ou mais dos estudantes não tem nenhum financiamento para pagar as mensalidades, contando com recursos próprios. Sem contar com financiamento do governo ou bolsa ofertada pela universidade. De acordo com os Microdados do Questionário do ENADE (ENADE, 2023), 70% (3.136) dos estudantes dos CST mais procurados da UNESA que responderam ao questionário cursa a modalidade EAD, enquanto 30% (1.136) cursam a modalidade presencial.



Tabela 1: Estudantes de que custeiam a mensalidade com recursos próprios ou de familiares por modalidade de ensino - UNESA

CST	Presencial	EaD
Gestão de Recursos Humanos	27%	50%
Análise e Des. de Sistemas	64%	64%
Logística	28%	52%
Marketing	26%	54%
Gestão de Tec. da Informação	46%	67%

Fonte: Elaboração própria com Microdados do ENADE (2022)

Quando analisamos a situação de trabalho dos estudantes da modalidade EaD (Tabela 2), verificamos o forte predomínio de estudantes que declaram trabalhar 40h ou mais. Ainda de acordo com os Microdados do Questionário do ENADE, em torno de 40% a 55% destes estudantes estão na faixa etária de 25 a 35 anos e entre 29% e 41% têm renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos. Tais dados comprovam que a promoção destes cursos pela UNESA é voltada para o aluno-trabalhador que recorre ao ensino noturno ou EaD como meio de qualificação para a inserção no mercado ou valorização profissional. Este estudante, oriundo da escola pública é penalizado pela sua condição social. E se quiser entrar na universidade tem de recorrer às IES privadas.

Tabela 2: Situação de trabalho – percentual de estudantes que declaram trabalhar 40h ou mais

CST	Modalidade	
	Presencial	EaD
Gestão de Recursos Humanos	61%	55%
Análise e Des. de Sistemas	49%	68%
Logística	54%	71%
Marketing	49%	63%
Gestão de Tec. da Informação	88%	74%

Fonte: Elaboração própria com Microdados do ENADE (2022)



Os dados das tabelas 2 e 3 evidenciam que os CST com maior número de matrícula da UNESA são procurados por trabalhadores em condições precarizadas conciliando trabalho e estudo (tabela). Onde considerável parcela destes estudantes tem renda familiar até 3 salários-mínimos, comprometida com custeio do curso, na expectativa da valorização profissional.

Tabela 3: Percentual de estudantes dos CST da UNESA que tem renda familiar até 3 salários-mínimos

CST	Presencial	EaD
Gestão de Recursos Humanos	65%	57%
Análise e Des. de Sistemas	49%	36%
Logística	66%	53%
Marketing	53%	42%
Gestão de Tec. da Informação	50%	37%

Fonte: Elaboração própria com dados do ENADE (2022)

Estes estudantes, ao acessar um grau acadêmico flexível, enxuto em uma IES de caráter mercantil, são submetidas a um conjunto de ideologias voltadas a manutenção da hegemonia da classe dominante. Este tipo de educação está voltado a destruir os laços de solidariedade e coesão que podem levar a organização dos trabalhadores. Nas palavras de Polanyi, 2000 (apud AZEVEDO,2015, p. 88):

Assim, mesmo se tratando da educação, atividade potencialmente promotora da solidariedade, da coesão e da integração (aliás, apesar disso); pelo fato de ser provisionada por entes privados com finalidade de lucro, ainda que por concessão pública e com qualidade certificada, seu tratamento como mercadoria gera o contrário de sua potencialidade, erodindo as relações humanas baseadas na solidariedade, fraternidade, coesão, unidade e integração (POLANYI, 2000 apud AZEVEDO,2015, p. 88).

A educação enxuta e flexível disseminada pelos CST nas IES privadas se alinham as demandas das organizações internacionais, como o Banco Mundial, explicitada por Siqueira e Lamosa (2023, p. 38), que afirmam:

A preocupação com a qualidade da educação é reconfigurada pelo foco nas aprendizagens, que passa a ser indicador e resultado de uma suposta qualidade educativa. Por um lado, a antiga perspectiva do desenvolvimento e superação da pobreza passa pela adequação direta ao mercado de trabalho e redução do horizonte educacional, por outro, esta agenda remete à modelagem das condutas



dos indivíduos para permitir a inserção produtiva dos “pobres” em um contexto cada vez mais adverso que exige adaptações constantes voltadas ao atendimento das transformações do mercado.

Deste modo, o CST como projeto educativo enxuto e flexível materializa uma política pública de gestão da educação sob a ideologia da superação da pobreza, voltado aos trabalhadores precarizados que almejam no diploma do diploma do ensino superior como meio de valorização profissional e inserção mais privilegiada no mercado de trabalho.

5. CONCLUSÃO

Ao analisar os CST com maior número de matrículas da UNESA podemos aferir como esta instituição, subsidiária da holding YDUQS Participações S.A trata a oferta deste grau acadêmico. Como IES que tem a educação como produto mercantil, o processo de massificação do ensino superior está ligado às estratégias de valorização do capital da empresa a que está afiliada. Neste sentido, o CST está ligado ao que a YDUQS chama de Ensino Digital e Ensino Presencial, segmento voltado a trabalhadores com renda média até três salários-mínimos.

A massificação de um ensino cujo foco é mercantil tem efeitos nefastos sobre a subjetividade da classe trabalhadora, na medida em que se insere no ensino superior pagando pelo que deveria ser um serviço público, a dimensão da solidariedade e da coesão social é substituída pela naturalização da qualificação como meio de valorização de si e de agregação de valor ao capital humano. O sujeito se coloca como empresário de si e responsável individual pelo seu destino. Uma educação enxuta e flexível promove o *homo economicus* neoliberal que acredita que a sociedade é pautada por decisões egoístas em um ambiente de livre concorrência. Deste modo, é fundamental lutar pela massificação da educação pública, gratuita e de qualidade para todos e por uma educação que tem o trabalho como princípio educativo, ontologia humana e não como fim, ou ainda meio de valorização financeira do indivíduo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. TRANSNACIONALIZAÇÃO E MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. **Rev. Inter. Educ. Sup. [RIESup]**. Campinas, SP. v.1. n.1. p. 86-102. jul./set. 2015



BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Ministério da Educação.** Brasília (DF): 2016. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192, acesso em 09/06/2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP: 29/2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.** Brasília (DF): 2002. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>, acesso em: 10/06/2020.
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer: CNE/CES 436/2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.** Brasília (DF): 2001. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>. Acesso em: 21/05/2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): 1997. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 10/06/2020.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília (DF), 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm. Acesso em 08 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): 1996. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 01/03/2018.

DARDOT, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução: Mariana Echelar. Ed. Boitempo. Coleção Estado de Sítio. São Paulo, 2016.

ESTÁCIO. **História.** Disponível em: <https://portal.estacio.br/quem-somos/historia.aspx>. Acesso em: 22/05/2021.

GRAMSCI. Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: _____. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª Edição, 2014. Vol III. p. 11-112.

GRAMSCI. Antonio. Caderno 3 (1930). In: _____. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª Edição, 2014. Vol III. p. 185-209.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 25ª edição. São Paulo (SP): Loyola, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Divulgação dos resultados Principais** Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 25/ 11/2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados Enade 2019.** Brasília: Inep, 2022. Disponível em:



<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade>.

Acesso em:30/06/2022.

JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez: Campinas (SP). Editora Universidade de Campinas, 1989.

KPMG. **Fusões e Aquisições** – 2019, 2º Trimestre: ser criativo transforma negócios. Disponível em: www.kpmg.com.br. Acesso em 20/10/2022.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política: livro I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 33ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OLIVEIRA Romualdo Portela de. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: MARINGONI, Gilberto (org.) et al. **O Negócio da Educação**: aventuras na terra do capitalismo sem risco. São Paulo: Olho d'Água, 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

SIQUEIRA, Thiago Vasquinho; LAMOSA, Rodrigo. Novo Ensino Médio E economia comportamental: fundamentos para modelar o comportamento da classe trabalhadora no contexto de crise. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v.15, n.2, p.36-56, ago. 2023. ISSN: 2175-5604.

SOUZA, José dos Santos. Crise orgânica do capital, recomposição burguesa e intensificação da precariedade do trabalho docente: fundamentos sócio-históricos da (des)configuração do trabalho docente. REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, XXXVIII, 01 a 05 de outubro de 2017, UFMA, São Luís/MA. **Anais...** São Luís (MA): 2017. Disponível em:

http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/sesoes_38anped_2017_4_desconfiguracao_do_trabalho_docente_texto_jose_dos_santos.pdf. Acesso em: 01 mar.2018.

SOUZA, José dos Santos. Cursos Superiores de Tecnologia: a materialidade da formação enxuta e flexível para o precariado no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, V.18, nº 36, p. 320-342, maio-ago. de 2020.

VALE, Andréa Araujo do. **“As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora”**: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. 2011, 446f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VEIGA, Célia Cristina P. S. **Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil**. Nova Iguaçu (RJ); Seropédica (RJ): 2020. 374 Fls. Tese [Doutorado em Educação] – Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

YDUQS. **Apresentação de resultados**: 3T21 & 9M21. Disponível em: www.yduqs.com.br. Acesso em 17/02/2022.

